

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

BRUNA LUÍSA BURATTO REMES

AS PIONEIRAS: WEB REPORTAGEM SOBRE A VIVÊNCIA DAS MULHERES
MILITARES DENTRO DA COMPANHIA DE POLÍCIA FEMININA DO PARANÁ
(1977-1994)

CURITIBA - PR
2019

BRUNA LUÍSA BURATTO REMES

AS PIONEIRAS: WEB REPORTAGEM SOBRE A VIVÊNCIA DAS MULHERES
MILITARES DENTRO DA COMPANHIA DE POLÍCIA FEMININA DO PARANÁ
(1977-1994)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Paraná como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo. Orientador: Profº Dr Luiz Paulo Maia

CURITIBA - PR
2019

Àquela que me deu a educação, o discernimento, a força, a inteligência e a coragem para fazer do mundo um lugar melhor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha mãe, Pálite Terezinha Buratto Remes, por me inspirar desde pequena a lutar pelo meu espaço, acreditando no meu potencial e buscado na educação e no conhecimento a base de toda a mudança que pode ser proporcionada pelo benefício coletivo. Agradeço também pelas horas infindáveis de histórias sobre sua trajetória como policial, mostrando desde cedo que o lugar da mulher é onde ela quiser. Obrigada, mãe, de todo meu coração.

Agradeço a meu pai por sempre estufar o peito para dizer com orgulho que sua filha será jornalista.

A Fernanda e Ubiratan, agradeço simplesmente pela existência. Não cabe em palavras a importância de vocês, não só para a concepção deste, mas de todos os projetos de minha vida.

Agradeço a Universidade Federal do Paraná por um ensino público gratuito e de excelência, baseado no incentivo à pesquisa, à extensão e, sobretudo, ao respeito à pessoa humana.

Agradeço a todas as professoras e todos os professores pelos quais tive a honra de ser ensinada, desde a educação infantil até o ensino superior. Em especial, obrigada professor Luiz Paulo Maia pela paciência comigo na realização deste trabalho.

Agradeço a minhas entrevistadas Aparecida, Beth, Eukléa, Iracema e Roni pela confiança e carinho com que fui atendida. Suas histórias são realmente inspiradoras.

Agradeço a meus amigos pela gentileza, paciência e parcerias.

Agradeço ao Grupo Folclórico Ucraniano Poltava por ser sempre um ponto de fuga para reflexão e criação.

Agradeço a Biblioteca Pública do Paraná por estar ativa, sempre à disposição e ser lar do estudo, da cultura e da história de nosso estado.

Finalmente, agradeço a todos que contribuíram de alguma forma com este projeto. Encerro um ciclo com alívio e felicidade. Muito obrigada!

“La vida no es la que uno vivó, sino la que uno
recuerda, y cómo la recuerda para contarla”
Gabriel García Márquez

RESUMO

O lugar da mulher é onde ela quiser. A participação feminina no mercado de trabalho é uma conquista dos movimentos feministas, mas que enfrenta resistência de ideais patriarcais presentes na sociedade brasileira, criados a partir da justificativa de que cada indivíduo desempenha um papel social conforme seu sexo. Com o objetivo de inspirar a reflexão e o debate acerca das relações de gênero, cumprindo a função social do Jornalismo a fim de ampliar o ambiente de fala das minorias e promover a igualdade de direitos, este trabalho aborda o ingresso das primeiras mulheres na Polícia Militar do Paraná (PMPR) como uma quebra de paradigmas. Este referencial teórico é complementado pela web reportagem “As pioneiras” (disponível em www.aspioneiras.wordpress.com), produto jornalístico caracterizado pelo uso de recursos multimídia no formato texto longform que trata, de maneira aprofundada, das vivências de cinco policiais da Companhia de Polícia Feminina, dentro do período de 1977 a 1994.

Palavras-chave: Feminismo. Gênero. Trabalho. Polícia Militar. Web reportagem.

RESUMEN

El lugar de la mujer es donde ella misma elige. La participación femenina en el mercado de trabajo es una conquista de los movimientos feministas, pero que enfrenta resistencia de los ideales patriarcales presentes en la sociedad brasileña, creados a partir de la justificación de que cada individuo desarrolla un papel social conforme su sexo. Con el objetivo de incentivar la reflexión y el debate acerca de las relaciones de género, respetando a la función social del Periodismo de ampliar la oportunidad de habla a las minorías y promover la igualdad de derechos, ese trabajo trata del ingreso de las primeras mujeres en la Policía Militar del Paraná (PMPR) como un ejemplo donde se rompieron los paradigmas. El referencial teórico es complementario al web reportaje "Las Pioneras" (disponible en www.aspioneiras.wordpress.com), producto periodístico caracterizado por la utilización de recursos multimedia en el formato texto longform que trata, de manera descriptiva, de las vivencias de cinco policías de la Compañía de Policía Femenina de 1977 a 1994.

Palabras clave: Feminismo. Género. Trabajo. Policía Militar. Web reportaje.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
1.1	OBJETIVOS	9
1.1.1	OBJETIVO GERAL	9
1.1.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	9
1.2	JUSTIFICATIVA	9
2	METODOLOGIA	11
3	GÊNERO E FEMINISMO	13
3.1	A SOCIEDADE PATRIARCAL	13
3.2	O FEMINISMO E OS PAPÉIS DE GÊNERO	13
4	O MILITARISMO	16
4.1	OS PAPÉIS DE GÊNERO NA PMPR	16
4.2	AS INTERVENÇÕES AO ESPAÇO PRIVADO DAS POLICIAIS FEMININAS	17
5	A COMUNICAÇÃO SOCIAL E A SOCIEDADE	20
5.1	O PAPEL SOCIAL DO JORNALISMO	21
5.2	O FENÔMENO NOVO JORNALISMO	22
5.3	O CIBERJORNALISMO E O TEXTO <i>LONGFORM</i>	23
6	CONCLUSÃO	25
	REFERÊNCIAS	27

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, as primeiras conquistas femininas têm como marca os anos 1930, quando foi permitido o direito de voto; entretanto, apenas na década de 1970, a onda dos movimentos feministas de todo o mundo atingiu as terras tupiniquins, efetivando mudanças na atuação das mulheres na sociedade brasileira.

A participação feminina no mercado de trabalho acontecia seguindo papéis pré-determinados, criado de acordo com os papéis de gênero instituídos pelo desenvolver da sociedade de organização patriarcal. Vinculadas à maternidade, as mulheres, quando trabalhando fora, ocupavam cargos voltados especialmente para as áreas de educação, saúde e trabalhos manuais.

De acordo com o Censo Escolar 2017, publicado pelo Ministério da Educação, as mulheres correspondem a 80% do total de docentes da educação básica. Enquanto isso, preenchem apenas 13,2% dos cargos em segurança pública em 2018, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Dados do IBGE apontam ainda que, em 2018, a diferença salarial entre homens e mulheres era de 20,5%, considerando o salário médio. Isso porque as relações de trabalho no Brasil foram constituídas com diferenças de tratamento e remuneração de profissionais, o que persiste até os dias atuais, mesmo que organizações mundiais como ONU e Unesco reforcem e incentivem a necessidade de equiparar salários e condições para todos os gêneros.

Dessa maneira, é bastante interessante a quebra de paradigma existente quando a primeira instituição militar do sul do país abriu suas portas para o ingresso do gênero feminino. Inspirada na Polícia Militar de São Paulo, que tinha mulheres a seu quadro permanente desde 1955, foi criado em 1977 o Pelotão de Polícia Feminina do Paraná, que mais tarde evoluiu para Companhia de Polícia Feminina do Paraná (Cia PM Fem).

Entretanto, o objetivo real das instituições militares em incluírem mulheres nas corporações era de aproximarem-se da população, maquiando excessos denunciados durante a Ditadura Militar (1964-1985) criando uma imagem mais “humanizada”. Portanto, as primeiras militares ocupavam funções mais estéticas que táticas, atuando no trânsito, nas escolas e serviços públicos.

Tornar públicas as experiências de quem participou da Companhia de Polícia Feminina do Paraná é contribuir para as questões de gênero, promovendo um registro histórico das relações de trabalho no país e da luta por igualdade de direitos.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 OBJETIVO GERAL

Este trabalho visa entender e expor como foi o ingresso de mulheres na PMPR e suas vivências dentro da Companhia de Polícia Feminina do Paraná, existente no período de 1977 a 1994.

1.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Entender a formação da sociedade brasileira quanto aos papéis de gênero e a instituição de funções determinadas para homens e mulheres;
- Revisar a bibliografia em Comunicação sobre esses temas e buscar novos autores para tratar do assunto;
- Promover a reflexão sobre espaço público e a igualdade de direitos no mercado de trabalho;
- Colher relatos e desenvolver uma reportagem expondo a luta e a vivência de mulheres militares, com exemplo nas experiências das policiais participantes da Companhia de Polícia Feminina do Paraná;
- Incentivar o acesso à informação via web;
- Incentivar a pesquisa e a transformação das relações de gênero.

1.2 JUSTIFICATIVA

Pensar em aprendizado acadêmico não se resume apenas a condensar o adquirido em alguns anos de estudo no ensino superior. Saber fundamentar conceitos, relacionar autores, desenvolver problemas e chegar a possíveis soluções são grandes resultados da prática estudantil – mas não são os únicos.

Ter a capacidade de desenvolver pensamento crítico, a fim de desconstruir padrões e quebrar hegemonias, buscando a igualdade e o desenvolvimento da sociedade como um todo, faz parte dos amadurecimentos que a Academia traz. Dentro de uma formação como a de comunicador social, este é um pré-requisito para ser um profissional ético e justo.

Preconceitos por cor, crença, etnia, gênero, ideologia política e realidades socioeconômicas persistem até hoje e alcançam esferas públicas e privadas. Cabe aos profissionais da comunicação, em especial os jornalistas, ampliar o ambiente de fala das minorias, promovendo uma discussão no espaço público em busca de igualdade de direitos, democracia e liberdade de expressão.

Desenvolver uma reportagem sobre a participação das primeiras mulheres na Polícia Militar do Paraná, além de entrar em um campo pouco difundido - que é o da vivência no militarismo -, representa também um avanço na luta pela igualdade de gênero e da representação midiática das mulheres no espaço público.

A escolha do tema também foi estimulada por escolhas da vida pessoal da autora. Desde criança escuta histórias da vivência de sua mãe, que foi sargento na Companhia de Polícia Feminina. Isso a levou a se interessar e pesquisar sobre o tema, desenvolvendo a linha de pesquisa a partir do contato com outras mulheres policiais.

2 METODOLOGIA

Este trabalho constitui-se em duas partes: referencial teórico e uma reportagem como produto jornalístico.

Para a produção do referencial teórico, as pesquisas aconteceram nos campos bibliográficos da Comunicação, além de Antropologia, Estudos de Gênero, História, Psicologia e Sociologia. Além da busca via digital, foram consultados acervos da Biblioteca do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Paraná e da Biblioteca Pública do Paraná.

Os capítulos foram organizados em formato de funil, mesclando as áreas estudadas numa sequência *geral > particular* que facilita o entendimento e a leitura. Assim, iniciou-se pelo entendimento da formação da sociedade patriarcal e seu impacto na vivência de homens e mulheres com o estabelecimento dos papéis de gênero. Em seguida, um panorama do mercado de trabalho atual, como justificativa do tema e do porquê é necessário promover a igualdade de direitos.

A partir dessa perspectiva, há um recorte para o campo de estudo deste trabalho, o qual engloba o ambiente militar e a presença dos ideais patriarcais dentro da Polícia Militar, explicando a necessidade de se ouvir as primeiras mulheres que ocuparam esse espaço.

Para finalizar a parte teórica, foi desenvolvida uma pequena análise da prática jornalística e sua evolução com o tempo, numa tentativa de sobrevivência frente às dificuldades encontradas pelos profissionais com o passar dos anos. Aqui também se evidencia o motivo pelo qual a escolha do produto jornalístico atende melhor aos objetivos propostos por este projeto.

Já para a produção da reportagem, a autora participou de três encontros de ex-participantes da Companhia de Polícia Feminina, a fim de ouvir suas histórias e situar-se em relação ao contexto militar do trabalho realizado. Informalmente, foram ouvidas mais de 50 pessoas, o que proporcionou o entendimento do tema e os desdobramentos para a concepção da reportagem.

A partir dessa experiência como ouvinte, a autora elegeu cinco personagens que foram entrevistadas para a concepção do material jornalístico: duas oficiais, calouras da primeira turma, em 1977 (quando a Companhia era ainda apenas um Pelotão de Polícia Feminina); três praças, sendo uma também de 1977, uma de 1980 e uma de 1982.

Todas as cinco cumpriram seu tempo de serviço até solicitarem a chamada Reserva Remunerada (RR), correspondente à aposentadoria militar.

As entrevistas oficiais foram feitas presencialmente no mês de maio de 2019, de acordo com o seguinte cronograma:

- 11 de maio: Cb. PM RR Euklea Cecília Serbai Alves
- 14 de maio: Sub Ten. PM RR Roni Úrsula Mendes
- 19 de maio: Cel. PM RR Rita Aparecida de Oliveira
- 21 de maio: Sub. Ten PM RR Elizabeth Rebolo
- 24 de maio: Maj. PM RR Iracema Maschio

Devido a questões internas do código de ética e do regulamento militar, o direito do sigilo de fonte foi oferecido às entrevistadas, com a possibilidade de preservar suas identidades e adotar um nome fictício, caso necessário. Nenhuma das cinco optou por essa alternativa, permitindo então sua identificação e a divulgação dos dados coletados.

As fotografias usadas como parte dos recursos audiovisuais da reportagem, garantindo assim o formato texto *longform*, conforme previsto no escopo deste projeto, foram cedidas pelas entrevistadas. Também foi consultado o acervo de periódicos da Biblioteca Pública do Paraná, verificando artigos em filme dos jornais regionais do estado durante o período de existência da Companhia Feminina (de 1977 a 1994).

Os demais recursos audiovisuais foram coletados através de pesquisas nos meios digitais e editados pela autora.

A partir da bibliografia pesquisada e com o intuito de expor as experiências das primeiras mulheres a ingressarem na Polícia Militar do Paraná por meio da Companhia de Polícia Feminina, optou-se por produzir uma grande reportagem no estilo *longform*.

Além de ser considerado por esta autora como, então, uma evolução das reportagens especiais do Novo Jornalismo, o formato tornou-se mais coerente com o panorama midiático atual. De acordo com o *Relatório Digital in 2019*, divulgado pelas organizações *We Are Social* e *Hootsuite*, o tempo médio que o brasileiro usa consumindo e interagindo com mídias na internet é de mais de nove horas diárias.

Sendo assim, a divulgação de uma reportagem multimídia sobre o tema tem mais chances de promover o debate e a reflexão acerca da igualdade de gênero, cumprindo então com os objetivos propostos por este trabalho.

A reportagem multimídia completa **As pioneiras** está disponível em www.aspioneiras.wordpress.com.

3 GÊNERO E FEMINISMO

3.1 A SOCIEDADE PATRIARCAL

Durante toda sua existência, os seres humanos perceberam a necessidade da interação entre indivíduos para garantir sua sobrevivência. Com a formação de grupos para desenvolvimento de atividades, a relação entre homens e mulheres passou a acontecer seguindo padrões para organizar o papel desempenhado por cada um.

Na Pré-História, a sociedade era predominantemente liderada por mulheres, que detinham o poder da maternidade e da fertilidade. Com a criação da agricultura e a fixação territorial de comunidades, o culto à deusa-mãe promoveu uma era de “comunhão entre homens, mulheres e natureza”, que se estendeu desde o final do Período Paleolítico até a Idade do Bronze (ROCHA, 2009, p. 45). Não existiam, portanto, estruturas de dominação e submissão entre indivíduos.

Esse panorama mudou com a domesticação e criação dos animais em ambientes comunitários, que permitiu conhecer os ciclos de fertilidade e a participação efetiva dos machos no processo de reprodução - desconhecida até então. “Foi grande o impacto dessa descoberta na história da humanidade. O homem foi se tornando autoritário e arrogante; de parceiro igualitário transformou-se em opressor” (ROCHA, 2009, p. 46).

A mudança no sistema de organização da sociedade ocidental trouxe, mais do que uma estruturação de papéis entre os indivíduos, uma relação de dominação que influencia a vida social até os dias atuais - como aponta a historiadora Patrícia Rocha:

A ideologia patriarcal existe há cerca de 5 mil anos e sua história se confundiu com a da própria civilização humana. Essa estrutura fomentou a sujeição física e mental, restringiu a sexualidade e cerceou a liberdade feminina. O Patriarcado colocou a mulher submissa ao homem. O corpo feminino não pertencia mais à mulher, e, sim, ao homem (ROCHA, 2009, p. 49).

Contestando valores impostos pelos detentores de poder no patriarcado, o movimento feminista e os chamados “estudos de gênero” surgiram para desconstruir padrões de comportamento que provocam a submissão e desvalorização da mulher na sociedade.

3.2 O FEMINISMO E OS PAPÉIS DE GÊNERO

O Feminismo propõe que haja equidade nas relações entre gêneros, sem sobreposição de um a outro. A pioneira desses estudos foi a francesa Simone de

Beauvoir, autora dos volumes I e II de *O Segundo Sexo*, em 1949. Suas publicações e análises das condições da mulher na sociedade ocidental inspiraram manifestos por todo o mundo, especialmente na década de 1960.

Graças ao movimento feminista, diversos direitos essenciais foram resgatados para as mulheres - como o voto, acesso à cultura e à escolaridade, a liberdade de ir e vir, liberdade de escolha e acesso ao mercado de trabalho. Entretanto, o machismo encontra-se tão enraizado na sociedade ocidental que muitas das disparidades todavia são presentes nas relações sociais, sobretudo no que se refere à presença da mulher no espaço público.

É necessário pontuar que a distinção entre espaços público e privado pressupõe, dentro do sistema patriarcal, uma divisão sexual do trabalho, predeterminando comportamentos em ambientes distintos. A historiadora Cynthia Roncaglio tomou como base os estudos de Hannah Arendt e Jürgen Habermas para destacar a influência dos dois conceitos na interação entre homens e mulheres.

De acordo com Arendt, na Antiguidade, a casa, o lar, a sobrevivência e o cerne da intimidade do núcleo familiar eram de responsabilidade da natureza da mulher, sendo característicos da esfera privada. Cabia, então, ao homem, expor-se e fazer a ponte com a esfera pública, representada pelas cidades, local de liberdade, cultura, conhecimento, expressão da cidadania e participação política (RONCAGLIO, 1997).

Mesmo com as transformações ocorridas com o decorrer do tempo, Habermas aponta que, na Modernidade, os conceitos de público e privado mantiveram-se determinantes na construção dos papéis sociais por sexo. Com a introdução de uma esfera social, os assuntos de âmbito particular tornaram-se de interesse coletivo (RONCAGLIO, 1997). Dessa forma, a liberdade masculina estendeu seu campo de atuação, enquanto a privação feminina foi ainda mais acentuada.

Essa dicotomização das esferas pública e privada, baseada na oposição entre masculino e feminino, cultura e natureza, liberdade e necessidade, perdura até hoje na sociedade ocidental. [...] Ainda assim, a parcial eliminação das fronteiras que separavam o público do privado, na representação da sociedade moderna [...], manteve a exclusão das mulheres, impedindo-as de serem admitidas como indivíduos na esfera pública e na cidadania (RONCAGLIO, 1997, p. 67).

Especialmente na pós-Modernidade, os movimentos feministas conseguiram desconstruir parte dessa determinação público-masculino / privado-feminino, conquistando direitos fundamentais para as mulheres (como o acesso à educação, ao mercado de trabalho e à atuação política). Porém, além dos papéis individuais dentro da vida em comunidade, existem também conceitos subjetivos dentro das relações de gênero.

É como esclarece a psicóloga Maria Helena Fávero em sua obra *Psicologia do Gênero*: ao longo da formação da sociedade, foram desenvolvidos ideais de masculinidade e feminilidade que atribuem “valores relacionados ao significado do que seja ser masculino e do que seja ser feminino”(FÁVERO, 2010, p. 69) . Essa interferência ideológica, firmada numa versão contemporânea do patriarcado, é um dos principais fatores limitadores dos hábitos das mulheres.

O direcionador do comportamento masculino foi constituído como sendo viril, protetor, forte, corajoso, másculo, racional, impaciente, agressivo, grosseiro, rude, determinante, possessivo, ativo, ciumento, dono de materiais e pessoas. Já o feminino teve como características ser submissa, calada, bela, delicada, recatada, polida, gentil, passiva, dócil, sentimental, emocional, paciente, amável e ignorante.

Fávero encontra em Beauvoir uma explicação baseada na biologia para o privilégio masculino: “não é *dando* a vida, mas *arriscando* a sua vida que o homem se coloca acima do animal. [...] Desde a origem da humanidade, seu privilégio biológico permitiu aos homens de se afirmarem como sujeitos soberanos” (FÁVERO, 2010, p. 50).

Dessa maneira, as determinações de comportamento, promulgadas pela própria população do espaço coletivo, se mantém ativas e afetam, especialmente, no que diz ao campo laboral. “Quando se escolhem profissionais observando-lhes as competências, a preferência é o gênero masculino, por ser considerado, naturalmente, mais apto” (ROCHA, 2009, p. 51).

4 O MILITARISMO

Criadas como um símbolo de proteção à população, as organizações militares do Brasil surgiram como um braço do Estado, ao exemplo das instituições europeias (MINAYO, 2008) - que, por sua vez, possuem uma trajetória histórica de ambiente protetor, sendo pertencente a homens.

4.1 OS PAPÉIS DE GÊNERO NA PMPR

A historiadora Andréa Schactae formulou sua tese de doutorado com base na inserção de mulheres nas instituições militares, em especial a Polícia Militar do Paraná (PMPR). Em sua pesquisa aponta que, apesar de contraditória, a iniciativa de permitir o ingresso feminino nas corporações foi uma estratégia do Governo Federal durante a Ditadura Militar (1964-1985) de: atender a pressões internacionais pela igualdade de gêneros; humanizar a imagem da Polícia Militar; e estabelecer uma linha direta de manutenção de valores patriarcais, apresentando a policial feminina como o ideal de mulher na sociedade brasileira (SCHACTAE, 2011).

“No Brasil, a inclusão das mulheres nas Polícias Militares foi iniciada na década de 1950, sendo vista como uma estratégia de modernização de uma instituição eminentemente autoritária” (RIBEIRO, 2016, p. 1). A primeira a admiti-las em seu quadro foi a guarda civil de São Paulo, em 1954 (SCHACTAE, 2011). Na região sul, a Polícia Militar do Paraná (PMPR) foi a pioneira com a criação do Pelotão da Polícia Militar Feminina, após decreto 3.238 de 20 de abril de 1977.

A hierarquia é vista como fundamental para a manutenção do espaço social que constitui a organização militar, a fim de estabelecer ordem e disciplina entre seus pertencentes. Uma vez que é subordinada ao Exército Brasileiro, a PMPR se estrutura de maneira similar, seguindo inclusive o mesmo regulamento interno para qualificação das atitudes de seus participantes.

A distribuição de poderes de maneira hierárquica se dá no sentido **Oficiais** (Coronel > Tenente Coronel > Major > Capitão > Primeiro Tenente > Segundo Tenente) > **Praças Especiais** (Aspirante a oficial > Aluno oficial) > **Praças** (Subtenente > Primeiro Sargento > Segundo Sargento > Terceiro Sargento > Cabo > Soldado).

Entretanto, Schactae mostra que existe ainda uma divisão interna que prioriza os chamados “combatentes”, que são os policiais militares que atuam diretamente pela proteção da população. De acordo com a historiadora, ocupar uma dessas funções significa “possuir maior poder simbólico dentro da instituição, pois culturalmente o espaço do combate pertence aos fortes e corajosos, o que

corresponde ao modelo ideal de masculinidade da instituição” (SCHACTAE, 2011, p. 77).

Esses cargos não estavam destinados às mulheres que incorporaram o Pelotão Feminino, criado em 1977, e a Companhia Feminina, sua evolução oficializada posteriormente em 1983. As funções às quais as mulheres eram esperadas na PMPR constituíam trabalhos “leves” - policiamento de trânsito, patrulha escolar e de vínculo com a sociedade -, “mais voltadas para atividades internas e burocráticas, o que nos permite pensar que tal fato reforçava o estereótipo de sexo frágil dentro da instituição” (MOREIRA; CONSTANTINO, 2018, p. 55).

O Pelotão de Polícia Feminina constituir-se-á no núcleo de uma Unidade Policial Militar Feminina, cujas atividades estarão voltadas ao policiamento ostensivo de costumes, de menores, de trânsito e nos casos de assistência supletiva à população, realizados, principalmente, nos terminais de transporte de massa, nos locais de diversões públicas e nas áreas de grande concentração de pessoas e veículos motorizados (Ofício nº 273/77 do Comando Geral da PMPR).

O caráter patriarcal da admissão de mulheres na corporação é ressaltado, ainda, com a declaração do Comando Geral através da Diretriz 076/79, em que destaca que a criação da entidade não é um exemplo do “movimento feminista”. De acordo com Schactae, “ao se referir ao movimento feminista, a Polícia Militar fez referência à ‘ambição’ das mulheres pela ‘igualdade de condições’ no ‘campo social’, indicando que esse não é o objetivo das mulheres policiais militares” (SCHACTAE, 2011, p. 111).

Ou seja: além de tornar a mulher um instrumento de manutenção de costumes conservadores, a instituição colocava-se como determinante de seus pensamentos e vontades, partindo do princípio de que ao ingressar na profissão de policial militar a indivíduo automaticamente aceitava a privação de seus direitos pessoais em prol da homogeneidade da imagem institucional da PMPR. Sobre isso, Mônica Cappelle e Marlene Melo apontam que:

A PM é uma organização em que as relações pessoais e profissionais estão muito misturadas. Isso ocorre por causa do rigoroso processo de socialização que transforma os civis em militares e, de certa forma, os separa de sua vida anterior, para formarem uma nova vida, com nova família: seus colegas de trabalho (CAPPELLE; MELO, 2010, p. 88-89).

4.2 AS INTERVENÇÕES AO ESPAÇO PRIVADO DAS POLICIAIS FEMININAS

Sob o pretexto de resguardar a honra da organização, foi adotado o chamado “Regulamento da Polícia Feminina” (além do Regulamento Disciplinar do Exército, utilizado pelos homens também), com cláusulas diferenciadas sobre o

comportamento das policiais femininas. Eram consideradas transgressões:

- comprometer-se irregularmente com encargos de família;
- fazer-se acompanhar, quando uniformizada, salvo se estiver em missão de serviço;
- frequentar, uniformizada, café, bares ou estabelecimentos similares salvo em missão de serviço;
- frequentar, quando uniformizada, cinemas, teatros, casa de diversão ou similares, salvo em missão de serviço;
- fumar quando de serviço, estando uniformizada ou não;
- manter relacionamento de amizade com pessoas de duvidosa reputação;
- receber visita nos postos de serviço ou interior do aquartelamento;
- usar, quando uniformizada, cabelos compridos, de cor diferente do natural, com penteados exagerados, perucas, maquiagem excessiva, unhas longas ou com verniz de cor.

Ao aplicar medidas punitivas para questões pessoais da vida da policial - como o primeiro item, por exemplo -, o Comando Geral estendia seus limites para além do ambiente profissional, numa intervenção que não acontecia com o efetivo masculino da corporação. “A esfera de ação do poder da disciplina militar rompe com as fronteiras da atividade militar e alcança outras esferas sociais - públicas e privadas” (SCHACTAE, 2011, p. 190).

Com a extinção da Companhia de Polícia Feminina, em 1994, as policiais foram incorporadas aos demais batalhões da PMPR. A transformação se deu sob o pretexto de que tanto homens quanto mulheres poderiam competir e se desenvolver em condições igualitárias na corporação. A Lei Estadual 14048/2005, publicada no Diário Oficial nº 7022 de 20/07/2005, aponta que

considerando a natureza especial da função de Policial Militar e Bombeiro Militar e o interesse público, ficam destinadas até 50% (cinquenta por cento) das vagas das inclusões no Quadro de Oficiais Policiais Militares, Bombeiros Militares e Qualificações de Praças, para pessoas do sexo feminino

Em 2018, o Grupo Dignidade e a Aliança Nacional LGBTI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Intersexuais) manifestaram seu repúdio ao edital do concurso de Cadetes 2019, uma vez que um dos critérios de avaliação psicológica era *“Masculinidade: Capacidade de o indivíduo em não se impressionar com cenas violentas, suportar vulgaridades, não se emocionar facilmente, tampouco demonstrar interesse em histórias românticas e de amor”*, que deveria ser apresentada em grau regular ou alto.

A polêmica envolvendo o termo e o teste psicológico, utilizado pela PMPR desde 2013, trouxe à tona a discussão sobre o ambiente machista no qual é constituída a corporação.

Esses dois exemplos, referentes apenas a formalidades da vida militar (sem entrar no mérito do dia a dia das profissionais e no relacionamento com seus

colegas e superiores), mostram interferências questionáveis da instituição no desenvolvimento pessoal das policiais.

Dessa forma, a importância deste trabalho se constitui na investigação do dia a dia de policiais militares que atuaram na Companhia Feminina (1977 a 1994), a fim de ouvir seus relatos e registrar a existência ou não de um ambiente dificultado pela segregação por gênero na PMPR.

5 A COMUNICAÇÃO SOCIAL E A SOCIEDADE

Segundo a definição dada pelo dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, em que o substantivo feminino comunicação indica “1 transmissão de uma mensagem 2 a informação contida nessa mensagem 3 via de acesso [...] 4 exposição oral ou escrita sobre determinado tema [...]”¹.

A comunicação mostrou-se uma necessidade inerente ao ser humano na luta pela sobrevivência. Trocar informações significava fugir dos perigos, administrar provisões e saber se proteger dos mais diversos males. Contudo, apesar de primordial, ela também pode ser considerada uma conquista, afinal, seu aprimoramento é fruto da evolução humana durante eras de existência.

O ato de se comunicar e chegar a um entendimento fez com que as pessoas se agrupassem. Posteriormente, com a fixação territorial e a constituição de famílias, criaram povos e sociedades, estabelecendo regras de convivência e hábitos culturais. Quando passou a ser considerada uma ferramenta para interferir nas relações humanas, em distintos aspectos (econômico, político, educativo, cultural, etc.), a comunicação adquiriu um tom social. Suas propriedades passaram a ser potencializadas com estudos, a fim de atingir determinados objetivos e níveis de controle, devido ao seu caráter de convencimento e manipulação.

Grandes foram os líderes que encontraram, na comunicação, seu principal meio de conquista ao longo dos séculos. Jesus, o homem com maior poder de convencimento da História, arrebanha seguidores até hoje. Na Roma Antiga, o imperador Júlio César já era um excelente orador, bem como Adolf Hitler, o qual soube convencer e mobilizar milhões em prol de suas ideologias extremistas.

Não é à toa que a principal deficiência das minorias é ter seu ambiente de fala restrito. A comunicação, quando utilizada como ferramenta para interferir nas estruturas da sociedade, é capaz de instigar o pensamento coletivo, promovendo raciocínio e mudanças de comportamento.

Dessa maneira, o comunicador social possui o poder de influenciar, através de seu produto midiático, no seu entorno, constituindo ou destituindo conceitos e ideologias. Como destaca o sociólogo Eric Maigret:

o social aparece então como o produto de poderes e de culturas, isto é, de sistemas de relações de dominação e de sistemas de sentidos compartilhados, lendo-se uns nos outros. Os meios de comunicação são extensões das lutas e partilhas simbólicas que fazem as sociedades (MAIGRET, 2010).

O ato de comunicar, hoje, é um ato de transformar. Aos profissionais do ramo

¹ COMUNICAÇÃO. In: HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, 2008. p. 175.

são apresentadas as mais diversas teorias e circunstâncias para entender os perigos, os limites e as capacidades da interação com o público. O poder gerado e adquirido pelo que é veiculado faz com que seja necessário atuar de maneira consciente, pensando estrategicamente e evitando quaisquer tipos de más interpretações.

Mais do que isso, quando o espectador passa a se mostrar atuante no cenário midiático, alterando o rumo único do envio de mensagens para uma faixa de mão dupla na transmissão de informações, a complexidade daquilo que é veiculado torna-se ainda maior; afinal, a avaliação é quase que imediata e pede por qualidade de alto nível.

Com o mundo digital, a convergência das mídias e a globalização de ideias, as comunidades tornaram-se mais rigorosas em relação a “aceitar” os padrões éticos e os velhos costumes. Depois de ditaduras, dominações e guerras mundiais, não é tolerável o desrespeito aos Direitos Humanos, a segregação e o preconceito enraizado e disfarçado de “cultura”.

A mídia, por sua vez, tem um papel transformador a cumprir, que pode superar as barreiras preconceituosas existentes no subconsciente humano, incentivando a desnaturalização de determinados hábitos, a fim de garantir igualdade de direitos e cidadania plena.

5.1 O PAPEL SOCIAL DO JORNALISMO

O Jornalismo é, em essência, a busca e apresentação de fatos, com o intuito de contar a “verdade” por trás das histórias.

O paradoxo da atividade jornalística existe porque a “verdade” estimada é inalcançável e inexistente; é utópica. Cada história possui um número incontável de versões e pontos de vista, os quais não podem ser apreendidos pelo jornalista em sua totalidade. Contudo, essa fantasia da “busca pela verdade” é o que move a reportagem, na persistência do profissional em realizar um trabalho ético – checando dados, conversando com várias fontes, transpassando relatos sem envolver seus próprios ideais e apurando as informações obtidas com maturidade, assumindo a responsabilidade por suas palavras.

A “verdade alcançada”, ou seja, o resultado do trabalho jornalístico, acaba sendo, então, uma interpretação formulada pelo próprio espectador, após analisar todo o material disponibilizado pelo repórter. Como aponta Isabel Siqueira Travancas, “a imagem do leitor deve estar sempre presente para o jornalista. É a ele que o repórter deve satisfação e ‘obediência’” (TRAVANCAS, 1993, p. 94).

A pressão por notícias cada vez mais rápidas, quase que instantâneas,

dificulta o trabalho do jornalista na obtenção de dados. Esta realidade (atual e também considerada um dos grandes desafios do jornalismo moderno) já existia desde a década de 20, quando as redações instigavam seus profissionais pela busca desenfreada por furos.

Os furos de reportagem constituem a capacidade de determinado veículo dar a notícia primeiro, “furando” a concorrência. Numa rotina de jornal diário, em que a demanda por matérias constantes e atualizadas pressiona repórteres e editores todo o tempo – especialmente se o conteúdo for exclusivo –, a oportunidade de tratar de assuntos específicos com profundidade acaba designada a determinados profissionais – os chamados repórteres especiais.

“Reportagens especiais” era a expressão jornalística para uma matéria que escapava à categoria da notícia pura e simples. Abrangia tudo, desde fatos “divertidos”, engraçados, geralmente do movimento policial [...] até “histórias de interesse humano”, [...] davam ao sujeito certo espaço para escrever. (WOLFE, 2005, p. 13).

Dentro dessa perspectiva, os jornalistas que tinham maior liberdade de conteúdo (e também, vale ressaltar: forma, texto, abordagem, tamanho e quantidade de fontes) se aproximavam das vertentes do Jornalismo Opinativo e da Literatura, ao adotarem recursos linguísticos na hora de escrever. Essa possibilidade vinha tanto do caráter pessoal do repórter quanto como um artifício para prender a atenção dos leitores frente a milhares de caracteres.

5.2 O FENÔMENO NOVO JORNALISMO

Apesar de existirem exemplos precursores, na década de 1960 se iniciou um período em que as reportagens especiais eram preenchidas por figuras de linguagem, diálogos e extensas descrições de cenas e personagens. A aproximação com os romances fez com que um novo gênero literário fosse criado, sem essa intenção.

New York, cidade considerada uma catalisadora cultural desde os primórdios de sua existência, oferecia de bandeja a escritores e artistas uma imensidade de criaturas, situações e casos de relações humanas; só não aproveitava quem não queria. Deste contexto, diversos jornalistas encontraram histórias para suas revistas e suplementos, não valorizados pelos consumidores da época. Talvez por não acreditarem na possibilidade de causar algum impacto negativo, usaram estes espaços como escola, onde puderam arriscar e tentar coisas novas. Assim nascia o *New Journalism - Novo Jornalismo*.

Amplamente comparados aos romancistas, nomes como Tom Wolfe, Gay Talese, Jimmy Breslin, Robert Benton e Thomas B. Morgan deram vida a seus

textos, criando perfis de escrita de acordo com a própria personalidade e o tema que abordavam. Suas matérias, amparadas pelos ensinamentos da escola literária do Realismo Social, se aproximavam na técnica afiada de Charles Dickens, Fiódor Dostoievski e Honoré de Balzac no sentido de transpassar para o texto não apenas os fatos em si, mas o contexto, cenário, gestos, expressões, vestimentas e outros detalhes que fazem parte de narrativas intensamente descritivas.

Quando Truman Capote publicou *A Sangue Frio* em capítulos na revista *The New Yorker*, provocou “um baque terrível para todos os que esperavam que o Novo Jornalismo ou Parajornalismo se esgotasse como uma moda” (WOLFE, 2005, p. 45). Não era uma moda. A mescla entre Literatura e Jornalismo possuía propriedades tão difíceis de serem catalogadas que acabaram gerando um novo conceito; o próprio autor dizia que “tinha inventado um novo gênero literário, o ‘romance de não-ficção’” (WOLFE, 2005, p. 46).

5.3 O CIBERJORNALISMO E O TEXTO *LONGFORM*

A mesma crise que assolava o trabalho jornalístico na década de 1920 foi potencializada com o surgimento da Internet e da divulgação de informações online.

Ninguém poderia prever a importância que o mundo online iria adquirir. Os portais digitais começaram como uma extensão do papel (ALVES, 2017), porém logo refletiram um consumo cada vez mais faminto por notícias de apuração mais rápida e frequência mais constante. Com a incapacidade de se acompanhar a demanda - característica de um público cada vez mais impaciente e atarefado para o qual as redes sociais representam uma fuga de pressões e responsabilidades -, o jornalismo perdeu credibilidade, necessitando de alternativas para se reconstruir.

Segundo Raquel Longhi, docente da Universidade Federal de Santa Catarina, 2012 é considerado um divisor de águas do jornalismo digital brasileiro (LONGHI, 2017). Tomando como exemplo a série de reportagens da Folha de S. Paulo sobre a usina hidrelétrica de Belo Monte (PA), a autora destaca as características que se mostraram indispensáveis para a recuperação da atividade jornalística.

A adoção de um modelo de reportagem extenso, de conteúdo aprofundado, que requer bastante pesquisa e checagem de dados já é conhecido - e foi evidenciado com o movimento do Novo Jornalismo. A diferença é a plataforma e os recursos que ela proporciona. Enquanto no meio impresso (tanto nas publicações em capítulos quanto na compilação via livros-reportagem) a descrição e a ambientação do tema ficavam por conta do texto, sendo potencializada pelos truques do jornalismo literário, no meio digital esse apelo é visual e interativo.

O chamado texto *longform*, formato pelo qual são veiculadas as reportagens

especiais produzidas pelo UOL TAB, por exemplo, apresenta uma estruturação vertical que possibilita a “rolagem” de telas, característica dos smartphones e das telas portáteis. O uso de imagens, gráficos, vídeos, áudios e animações (entre outros recursos audiovisuais) serve para ambientar o leitor, ilustrando a matéria e permitindo que a compreensão do tema seja mais tocante e melhor absorvida.

Quando se pensa em gêneros jornalísticos, em gêneros ciberjornalísticos, pensa-se muito na característica discursiva, se se trata de opinião, interpretação ou informação. Mas uma coisa interessante de analisar é como estão se configurando expressivamente esses conteúdos devido, claro, às possibilidades da linguagem hipermidiática (LONGHI, 2017, p. 70).

A adição de ferramentas multimídia marca a principal transformação do processo informativo, chegando no formato de conteúdo mais apropriado para a atualidade.

6 CONCLUSÃO

A produção deste trabalho proporcionou grande amadurecimento para a autora, sobretudo no que trata da prática jornalística, os aprendizados de campo e a vigência da ética no dia a dia da profissão.

O referencial teórico apontou que a abertura das instituições militares para participantes mulheres ocorreu com o intuito de melhorar a imagem da corporação frente à sociedade, maquiando excessos cometidos especialmente durante a Ditadura Militar. Dessa maneira, os serviços desempenhados pelas mulheres eram de visibilidade e sociabilidade, raramente voltados ao planejamento estratégico-tático e ao combate.

A vivência relatada pelas profissionais realmente demonstrou que, no início, a Polícia Militar do Paraná não estava preparada para receber as novas integrantes. Alocadas nas antigas instalações do Colégio da Polícia Militar, elas não dividiram o real espaço destinado para os novos componentes da PMPR: a Academia Policial Militar do Guatupê, local de aprendizado e treinamento.

Além disso, é comprovado que a exposição foi constante nos primeiros anos de corporação. Designadas para atuar no controle do trânsito, as policiais não portavam arma de fogo, venciam chuva e sol de pé durante horas, com pausas pequenas para alimentação e uso de banheiro, com uniforme desconfortável, pesado e nada ergonômico. A principal função não era protegerem, senão darem informações e serem vistas pela população no centro de Curitiba (PR). Não à toa, esse período foi o que mais marcou negativamente três das entrevistadas.

Entretanto, algumas delas tiveram experiências de adrenalina, como a participação na Patrulha Escolar e a ronda com viatura, entre outras. Esses casos, decorrentes do bom serviço prestado pelas policiais femininas, foram fruto de muito esforço da corporação, que estava o tempo todo sob pressão e vigilância.

Um dos pontos mais críticos da experiência na Companhia Feminina diz respeito à Diretriz 076/77, oriunda da criação do Pelotão Feminino, e que instituiu que as mulheres não deveriam ter “encargos de família”, entre outras proibições. Essa Diretriz é característica do que Cynthia Roncaglio destacou como sendo uma intervenção da esfera pública na esfera privada (RONCAGLIO, 1997), uma vez que foram registrados casos de policiais que sofreram sanção disciplinar por namorar, por casar e, também, por engravidarem sendo solteiras.

Este último foi o de maior repercussão midiática, uma vez que, em junho de 1989, cinco policiais femininas que estavam grávidas e eram solteiras foram presas por determinação do Comando da PMPR.

Vale esclarecer que a “prisão” militar significa que a pessoa não pode se

ausentar do quartel durante o período determinado; salvo em casos graves, também não acarreta em algemamento. Entretanto, é registrado em ficha e gera prejuízo para a carreira, quando do direito à subida de nível.

No geral, a relação das policiais femininas com os masculinos foi apontada como boa e baseada no trabalho em equipe, especialmente quando as mulheres passaram a atuar em conjunto no policiamento armado.

Elas apontaram que a maior dificuldade com eles foi logo no começo, quando da criação do Pelotão Feminino. Isso porque as primeiras turmas foram promovidas muito rapidamente (entrando na corporação já como sargentos e alcançando o patamar de oficiais logo em seguida), o que provocou o descontentamento dos soldados e cabos que estavam na PMPR há anos sem perspectiva de promoção.

Entretanto, foram citados casos pontuais de assédio sexual que aconteceram com companheiras da corporação, porém sem permissão para registro de nomes ou detalhes do ocorrido - para preservação de identidade das mesmas.

Em relação à jornada de trabalho e à remuneração, nunca houve discrepância de salários por questões de gênero, o que é um ponto positivo para a PMPR. O horário cumprido também era semelhante, de acordo com o local de trabalho de cada componente - se administrativo ou operacional.

Apesar disso, um grande descontentamento das policiais femininas foi com a dissolução da Companhia Feminina, em 1994, sem explicação clara e sem a correspondente unificação dos quadros masculino e feminino. Em resumo, a medida estabelecia um teto na promoção delas, não permitindo que evoluíssem até o maior grau da hierarquia militar.

A reversão de todas as medidas desiguais e diversas outras conquistas, todas abordadas em profundidade na reportagem **As pioneiras**, foram fruto de muito esforço e superação das policiais. Suas histórias são bastante inspiradoras para as mulheres de todo o país, e devem ser conhecidas para que a igualdade de gêneros deixe de ser um sonho distante e torne-se parte da realidade.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rosental Calmon. Performance em Ciberjornalismo: tecnologia, inovação e eficiência. In: MARTINS, Gerson Luiz (Org.); REINO, Lucas Santiago Arraes (Org.); BUENO, Thaísa (Org.). **Performance em Ciberjornalismo**: tecnologia, inovação e eficiência. CAMPO GRANDE: Ed. UFMS, 2017, p. 33-49.

BRASIL: Os números do relatório Digital in 2019. **PAG BRASIL**. Disponível em: <<https://www.pagbrasil.com/pt-br/noticias/relatorio-digital-in-2019-brasil>>. Acesso em: 9 Jun. 2019.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes. Mulheres policiais, relações de poder e de gênero na polícia militar de Minas Gerais. **RAM, Rev. Adm. Mackenzie (Online)**. São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-69712010000300006&lng=en&nrm=iso>.. Acesso em: 28 Abr. 2019.

CARTA, Gianni. **Velho Novo Jornalismo**. São Paulo: Códex, 2003.

COMUNICAÇÃO. In: HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, 2008, p. 175.

DA MATTA, Roberto. **Relativizando**: Uma introdução à Antropologia Social. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

FUNDAÇÃO TELEFÔNICA. **80% dos docentes da educação básica brasileira são mulheres**. Disponível em: <<http://fundacaotelefonica.org.br/noticias/80-dos-docentes-da-educacao-basica-brasileira-sao-mulheres/>>. Acesso em: 24 Abr. 2019.

FÁVERO, Maria Helena. **Psicologia do Gênero**: psicobiografia, sociocultura transformações. Curitiba: Editora UFPR, 2010.

G1. **Após polêmica, PM do Paraná exclui termo ‘masculinidade’ de edital para concurso público**.. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2018/08/13/pm-do-parana-diz-que-vai-ajustar-termo-masculinidade-em-edital-de-concurso-publico.ghtml>>. Acesso em: 28 Abr. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Diferença cai em sete anos, mas mulheres ainda ganham 20,5% menos que homens**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23924-diferenca-cai-em-sete-anos-mas-mulheres-ainda-ganham-20-5-menos-que-homens>>. Acesso em: 24 Abr. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Em 2018, mulher recebia 79,5% do rendimento do homem**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23923-em-2018-mulher-recebia-79-5-do-rendimento-do-homem>>. Acesso em: 24 Abr. 2019.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Dossiê Feminicídio**: Por que as taxas brasileiras

são alarmantes?. Disponível em:

<<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossiê/feminicidio/capítulos/qual-a-dimensao-do-problema-no-brasil>>. Acesso em: 19 Nov. 2017.

LAGO, CLAUDIA. Antropologia e Jornalismo: uma questão de método. In: BENETTI, Márcia (Org.). **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 48-66.

LONGHI, RAQUEL. Ciberjornalismo no Brasil e o texto longform. In: MARTINS, Gerson Luiz (Org.); REINO, Lucas Santiago Arraes (Org.); BUENO, Thaísa (Org.). **Performance em ciberjornalismo**: tecnologia, inovação e eficiência. CAMPO GRANDE: UFMS, 2017, p. 63-70.

MAIGRET, ERIC. A nova sociologia dos meios de comunicação: reflexividade, experiência e mediação. In: SOCIOLOGIA da Comunicação e das Mídias. SÃO PAULO: SENAC, 2010, p. 357-397.

MINAYO, MSC.. In: MINAYO, MSC. (Coord.); SOUZA, ER. (Coord.); CONSTANTINO, P. (Coord.). **Missão prevenir e proteger**: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008, p. 43.

MOREIRA, M. S.; CONSTANTINO, P.. Memórias de mulheres policiais da primeira turma de formação de soldado da polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. **Perspectivas Online: Humanas & Sociais Aplicadas**, v. 8, n. 22, 2018.

MOVIMENTO MULHER 360. **Apenas 13,5% dos profissionais de segurança pública são mulheres, diz especialista**. Disponível em: <<http://movimentomulher360.com.br/2017/06/apenas-dos-profissionais-de-seguranca-publica-sao-mulheres-diz-especialista/>>. Acesso em: 24 Abr. 2019.

PARANÁ. Governo. Decreto n. 3328 de 20 de Abril de 1977. Regulamenta a Lei Federal nº 6.774, de 08 de janeiro de 1976, que cria o Pelotão de Polícia Feminina. . Curitiba, 19 de Abril de 1977. Disponível em: <<http://celepar7cta.pr.gov.br/seap/legrh-v1.nsf/03c8822a9a6b69bb03256d3c006690af/44aef7f5540d10eb03256abc006ad968?OpenDocument>>. Acesso em: 25 Abr. 2019.

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. **Mulher militar estadual**: soma de garra, delicadeza, força e dedicação.... Disponível em: <<http://www.pmpr.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=12634>>. Acesso em: 25 Abr. 2019.

RIBEIRO, Ludmila. Polícia Militar é lugar de mulher?. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26, n. 1, abril 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/43413>>. Acesso em: 24 Abr. 2019.

ROCHA, Patrícia. **Mulheres... sob todas as luzes**: a emancipação feminina e os últimos dias do patriarcado. Belo Horizonte: Leitura, 2009.

RONCAGLIO, Cynthia. Relações de gênero, espaço público e feminismo. In: MULHERES na história: Paraná - séculos 19 e 20. Curitiba: EDITORA UFPR, 1997.

SCHACTAE, Andréa M. **Farda e batom, arma e saia**: a construção da Polícia Militar Feminina no Paraná (1977-2000). Curitiba, 2011. Tese (História) - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2011.

TRAVANCAS, Isabel Siqueira. **O Mundo dos Jornalistas**. São Paulo: Summus Editorial, 1993.

WOLFE, Tom. **Radical Chique e o Novo Jornalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.